



SE AS PEDRAS NÃO VOAM, OS SONHOS SÃO EM VÃO

10 anos da revolta de junho de 2013

Camila Jourdan

10 anos da revolta
de junho de 2013

**SE AS
PEDRAS
NÃO VOAM
OS SONHOS
SÃO EM VÃO**

Camila Jourdan



Este texto está disponível em grupolalibertaria.org
Incitamos à pirataria, odiamos a propriedade.

LA LIBERTARIA

2013 (+10)

SE AS PEDRAS NÃO VOAM, OS SONHOS SÃO EM VÃO¹

O terceiro nível é a insurreição, o momento em que a circulação dos saberes-poderes e a cooperação das formas de vida em vistas da destruição-gozo dos dispositivos imperiais pode se fazer de forma livre, a céu aberto. Diante dessa perspectiva, esse texto só poder ter o caráter de pura propedêutica, cruzando algum ponto entre o silêncio e a tautologia. (TIQQUN, 2019, p. 219)

Camila Jourdan²

Introdução

Se o inimigo vence, nem os mortos estão seguros, nos disse Walter Benjamin³. E ao dizer isso, ele nos ofereceu uma compreensão da história por meio da qual futuro pode modificar o significado do passado. Os vencedores reinterpretem os acontecimentos de modo a evitar que seu significado possa animar lutas futuras, e sempre vão ler o passado como um caminho retilíneo para sua vitória. A história, entretanto, é sempre muito mais complexa do que isso, cheia de caminhos tortuosos, idas e vindas, significados múltiplos. Não é fácil olhar um acontecimento como pura possibilidade estando no momento imediatamente seguinte ao que ele ocorreu. E o que aconteceu imediatamente nos parece ser a vitória do inimigo, o inimigo venceu, e por isso nosso passado está ainda em questão. Mas uma outra leitura possível do levante popular de 2013 é aquela que entende que a ascensão fascista, ao longo da história, retorna, de novo e de novo, com a porta aberta por algum social-democrata

¹ Verso da música *Pedras e Sonhos*, Canção de El Efecto, em: EL EFECTO. *Pedras e Sonhos*. Rio de Janeiro, MK estúdio, 2012.

² Professora associada do Departamento de Filosofia da UERJ, militante anarquista no coletivo ADEP e autora do livro: *2013 – Memórias e Resistências*. Rio de Janeiro: Circuito, 2018.

³ “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” (WALTER BENJAMIN, 1987, p.223)

que prefere a extrema direita, diante da qual possa se apresentar como solução comprável, à própria possibilidade de uma ruptura que o tire do seu lugar de poder, ainda que enquanto mero *nicho de mercado* eleitoral. A suposta social-democracia costuma ceder lugar aos cães do fascismo para reprimir as revoltas.



A nossa apatia hoje se segue muito de uma leitura do que significou a luta mais radical, as pessoas têm medo em grande medida porque foram convencidas de que a insurreição gerou, entre outras coisas, a ascensão da direita e o *bolsonarismo*. Percebe-se que discursos como este legitimam fácil, corroboram mesmo, a tese pela qual o brasileiro constitui um povo pacífico, que não deve se revoltar, porque, se se revolta, “fica ainda pior”. E muitas revoltas foram massacradas para que esse discurso se consolidasse. Nesta leitura, não devemos nos insurgir porque a resposta será sempre ainda pior, então, deve ser melhor pensar duas vezes antes de se revoltar. E ler o *acontecimento* assim não condena apenas nosso passado, condena nosso futuro. Ao mesmo tempo, com isso, a esquerda partidária se exime da responsabilidade por ter aberto a porta para a serpente fascista que agora pretenderia combater, inclusive com as medidas de exceção que usou para nos criminalizar

(Operações de Garantia da Lei e da Ordem; Lei Antiterrorismo), e novamente se apresenta como única alternativa viável para combater aquilo que ajudou a criar.

Esse pequeno ensaio procura retomar os ensinamentos da história anarquista do Levante Popular de 2013 no território ocupado pelo estado brasileiro, para que nossa força não seja transformada em nossa miséria, entendendo que a maneira como lemos o presente depende ainda de como lemos este período. Podemos achar que estamos vivendo o retorno, o conserto da fratura da representação, o novo pacto social, e reconciliação, ou podemos achar que não há retorno possível, nem reconciliação desejável. Será que a revolta popular vale a pena? Ou será que ela é impossível e/ou será sempre o ‘mal maior’? Será que capitalismo é o fim da história, e devemos apenas nos contentar com o menos pior, ou o bolsonarismo apenas trouxe à tona a guerra social em curso, uma política que sempre foi antes de tudo guerra continuada por outros meios, e que não pode mais ser varrida para debaixo do tapete da representação? Estas são perguntas que dependem fundamentalmente de como lemos os levantes e insurreições do nosso tempo.



Da destituição criativa

10 anos do levante popular de 2013 no território ocupado pelo estado brasileiro, 10 anos que as principais capitais do país foram tomadas, que inúmeros centros de poder foram ocupados. O que podemos aprender com estes dias infinitos? O que uma insurreição nos traz? E o que ela nos leva? O que vivemos naqueles dias nos quais nossas vidas nos pertenceram mais do que talvez em todos os demais anos da nossa vida? O enfrentamento direto de tudo aquilo que nos oprime, o aprendizado da autodefesa, a alegria dos combates. A vida no capitalismo é muito ruim, a sensação que temos é que ela é um fardo o qual tentamos distrair em pequenos momentos de fuga. Se fala muito em o que 2013 nos deixou em termos de conquistas, sempre para desvalorizar isso, em comparação com o que a reação à 2013 nos trouxe. E eu até tenho especial prazer em ficar listando uma série de vitórias pontuais, quanto crescemos enquanto possibilidade de táticas, do conteúdo simbólico, e poderia lembrar do caveirão recuando no centro do Rio de Janeiro; da secretária de estado sentada no chão da aldeia maracanã pedindo para se inscrever para falar; da gloriosa greve dos garis em meio ao carnaval que conquistou sua pauta inteira; do dia em que as manifestações param o desfile militar; da ocupação de professores defendidos pelos vândalos; do encontro da favela e da periferia (onde as balas nunca foram de borracha), cheias de razão para revolta em meio à violência policial e as remoções em um projeto excludente de cidade, com a visibilidade do asfalto. Eu poderia lembrar aqui da força das pautas *universais concretas* (como a pauta da passagem), que encarnam toda uma recusa a uma vida excludente por *uma vida sem catracas*, sem remoções, sem mortes por policiais, sem exclusões. Eu poderia lembrar aqui que em 2016 os estudantes secundaristas barraram o fechamento de suas escolas em grande medida herdeiros da insurreição de 2013. Ou mesmo reforçar a importância de se ter impedido as remoções do entorno do estádio de futebol do Maracanã, o que inclui a manutenção de uma aldeia indígena em território urbano, uma escola pública, um parque aquático público. E lembrar isso é importante porque também é construção de uma memória que, como diria Lélia Gozalez em relação às revoltas antirracistas da

nossa história, significa também uma restituição daquilo que não foi registrado porque foi silenciado e invisibilizado.

Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. (GONZALEZ, 1984, p. 226)

Mas é claro que, depois de tudo isso que listei, vieram as perseguições; as prisões; a fabricação de lideranças criminalizáveis; a fascitização por meio do acirramento do estado de exceção já instaurado como resposta à revolta popular; e, depois, ainda, a construção de *fakes* espetaculares vendíveis do contrassistêmico; as sucessivas tentativas discursivas de transformar a autodefesa dos oprimidos no culpado pelas suas próprias opressões. Então eu queria falar mesmo, e talvez antes de tudo, não do que se conquista em termos de uma pauta, mas do que significa uma insurreição nela mesma. Isso era algo que eu já dizia desde aqueles dias quando nos perguntávamos o que acreditávamos que poderíamos conseguir com aquilo. E eu dizia que eu não sabia, mas que eu tinha certeza do que já havia sido conquistado ali mesmo. E digo isso porque as reais transformação de uma sociedade sempre se deram e sempre se darão de baixo para cima, através dos tempos. Fala-se muito que 2013 não soube ser aproveitável pela esquerda institucional, que esta não ouviu as ruas. Mas a realidade é que 2013 não era aproveitável para nenhum governo, pois dizia respeito ao ingovernável. Uma insurreição não é passível de ser trazida para dentro da norma, ela é o totalmente outro, não soube aproveitar porque nós não queríamos algo utilizável para se ganhar uma eleição, ou uma pauta pontual, nós queríamos outra

forma de vida. Uma forma de vida do que não cabe no princípio da troca, do negociável, nem na representação, que é sempre, afinal, um *isso no lugar daquilo*. Uma insurreição é formadora, é educativa, segue sempre viva dentro daqueles e daquelas que dela participaram. Se hoje ainda é preciso solapar nossa história, conjurar os vândalos, se é preciso contar mentiras, é preciso construir *fakes* do contrasistêmico, é apenas pela força da nossa história e pelo que ainda temos de perigoso. Porque a realidade é que todos tem medo do incontrollável da revolta. Nada assusta mais um governo “pretensamente de esquerda” do que o povo nas ruas reivindicando a concretude do que escapa à representação. Nada assusta mais qualquer governo hoje do que o fantasma de uma insurreição. E é por isso que se unem tanto em nos amaldiçoar, tanto em nos tentar colocar novamente no âmbito do impossível, lá de onde saímos, insistindo nas teorias da conspiração.

No primeiro evento sobre os 10 anos de 2013, na aldeia maracanã, um rapaz que participou do *Ocupacabral* disse que foi ali a primeira vez que ele ouviu falar de feminismo, de homofobia e LGBTfobia. Pode parecer besteira, mas não é só uma questão de *ouvir falar*, porque a gente não esquece o que se aprende em meio a uma insurreição. E é preciso dizer também que 2013 foi uma insurreição de gênero, uma insurreição da interseccionalidade, da micropolítica. Esta dimensão, que não aparece nas grandes narrativas gritava nas ruas, nas assembleias, nos coletivos, tornou-se performance na marcha das vadias e apareceu como sintoma nos processos e nas construções de falsas culpadas para criminalizar. Tratou-se de uma recusa a toda relação abusiva que nos é ensinada como amor, mas diante das quais gritamos *acabou o amor*, e este é também o grito das mulheres assassinadas Foi preciso conjurar os corpos negros, os corpos trans, os corpos femininos vulneráveis que tomavam as ruas em autodefesa, exterminar aquelas radicais incontrolláveis.



Como na época das ocupações estudantis, quando cada escola era uma pequena comuna, e quando se podia viver ali a vida que queremos conquistar. Uma insurreição é a degustação de uma revolução, ou nos termos de Furio Jesi: uma *epifania do depois de amanhã*.

Pode-se amar uma cidade – aí se lê – podem-se reconhecer suas casas e suas ruas nas mais remotas ou mais caras memórias; mas apenas na hora da revolta a cidade é sentida verdadeiramente como própria cidade: própria, pois, ao mesmo tempo do eu e dos outros; própria, pois, campo de uma batalha escolhida e que a coletividade escolheu; própria, pois, espaço circunscrito em que o tempo histórico é suspenso e que todo ato vale por si mesmo, em suas consequências absolutamente imediatas. Apropriamo-nos de uma cidade fugindo e avançando no alternar-se dos ataques, muito mais do que brincando como crianças por suas ruas, ou por elas passeando mais tarde com uma moça. Na hora da revolta, não se está mais só na cidade. (JESI, 2018, p.72)

Tomar a cidade, senti-la como sua, suspender o tempo, estar ali inteiro vivendo aquele momento, experiências da insurreição. Furio Jesi, quando vai analisar a simbologia da revolta através do mito, ou melhor, os elementos mitológicos presentes nos processos insurrecionais, toma como referência a rebelião espartaquista, que fracassa, enquanto projeto revolucionário, e que é fortemente reprimida entre 1918 e 1919 na Alemanha do pós-guerra. Mas ali encontramos uma abordagem das insurreições enquanto evento de ruptura com a temporalidade progressiva, linear, que permite viver um pouco do que seria uma comunidade pós-revolucionária no próprio processo insurrecional. A insurreição não estaria nem no hoje, nem no amanhã, mas ela seria uma *epifania do depois de amanhã*, que rompe com a experiência linear do tempo, instaurando então uma outra temporalidade. Essa temporalidade não cronológica, é capaz de suspender o progressismo do capital e nos permite

simbolicamente retomar o passado no presente e ressignificá-lo, e por isso a insurreição é criadora de novos sentidos coletivos.



Também Foucault perguntava: é inútil revoltar-se? Talvez inútil como a própria vida que também não é útil. Para ele, as insurreições estão em alguma medida fora da temporalidade histórica, mas criam valores na medida em que são repostas ao que leva alguém a aceitar o risco de morte. Ninguém se revolta antes de qualquer coisa para conseguir algo, a revolta não é uma estratégia, ela surge quando é impossível aceitar algo, a revolta é a manifestação daquilo que é inegociável, daquilo em relação ao qual não se pode ter arrego. Por isso, revoltar-se é *tomar ar*, contra uma realidade sufocante, revoltar-se é criar valores e destituir o que se toma como eterno. Tais levantes são muito mais destituíntes do que constituintes porque operam uma rota de fuga, uma deserção das relações estabelecidas como normais e como únicas possíveis. Vimos bem o que aconteceu com *Syriza* e o *Podemos* na história recente, como a entrada na instituição é uma perda de potência, e pode significar uma transformação naquilo mesmo que se pretendia combater. Mais do que isso, ser gerente do capitalismo no século XXI não significa habitar um centro de poder. Vemos que a política da representação é cada vez mais uma política do espetáculo. Esperamos pelo próximo escândalo midiático tal como pelas próximas eleições. E

esses escândalos não abalam a ordem vigente porque a constituem enquanto estado de exceção permanente e gestão por meio das crises. Por isso, ao lado do abalo na política da representação, o planeta e as populações seguem sendo cada vez massacrados pelas instituições financeiras. Por outro lado, vemos uma política radical que se faz para além da via institucional e apesar dela. Os levantes contrassistêmicos operam transformações nos jogos de força que ultrapassam em muito as eleições seguintes. O que se pode buscar não é tanto um novo contrato social quanto uma nova composição estratégica de mundos.

Do acontecimento e da recusa à representação

A minha chave de leitura do levante popular de 2013 o situa no lugar do *acontecimento destituente*. Acontecimento porque quebra com a noção de causalidade simples, seria inútil buscar condições necessárias e suficientes, e porque cria novos possíveis. A característica fundamental do acontecimento é que aquilo que era possível antes dele não é o mesmo que é possível depois dele, daí também podermos dizer que ele cria novos sentidos, e que ele estabelece suas próprias condições. Entretanto, dizer isso não significa dizer que ele não tenha qualquer relação com as lutas que vinham ocorrendo ao longo da história, e que continuaram a ocorrer, por mais que o acontecimento seja do âmbito do imprevisível, e que signifique uma quebra na temporalidade linear, ele retoma sempre elementos que foram massacrados e invisibilizados, encarna uma persistência descontínua de uma outra maneira de viver que não cabe na forma-estado, é retomado perpassando fronteiras no espaço e no tempo, opera como uma rearrumação do que estava dado, colocando pra jogo elementos que estavam até então sedimentados.

A contrassexualidade opera sobre duas temporalidades. A primeira, uma temporalidade lenta na qual as instituições sexuais parecem nunca ter sofrido mudanças. Nela, as tecnologias sexuais se

apresentam como fixas. Tomam emprestado o nome de 'ordem simbólica', de 'universais transculturais' ou, simplesmente, natureza. Toda tentativa para modificá-las seria julgada como uma forma de 'psicose coletiva' ou como um 'apocalipse da humanidade'. Esse plano de temporalidade fixa é o fundamento metafísico de toda tecnologia sexual. Todo trabalho da contrassexualidade está dirigido contra, opera e intervém deste âmbito temporal. Mas há também uma temporalidade do acontecimento na qual cada fato escapa à causalidade linear. Uma temporalidade fractal constituída de múltiplos agoras, que não podem ser o simples efeito da verdade natural da identidade sexual ou de uma ordem simbólica. (PRECIADO, 2014, p. 24)

Isso que Preciado diz do contrassexual me parece que pode ser dito também do contrapolítico: o acontecimento contrapolítico intervém no âmbito temporal, mas para destituir sua ordem simbólica; incorpora tecnologias normativas para intervir diretamente nos corpos desmistificando-os. Neste sentido, podemos falar uma antipolítica, como uma ruptura com qualquer forma tradicional de representação, o que significa romper com a forma partido, a forma estado, com a forma sindicato...tal como vimos durante o levante no qual estas entidades foram rechaçadas, mas também romper radicalmente com uma separação entre público e privado; ou com entre político e pessoal, que funda o modo de vida ocidental da representação, gerando assim novos sentidos. É neste sentido que as ocupações são destituintes, porque elas dão conta de uma política que, se ainda for assim denominada, é apenas para ter suas fronteiras fluidificadas, por não se separar da vida concreta, elas são destituintes da política enquanto fundamentalmente transcendência. E aqui é preciso que se diga ainda: se pode recusar a forma da representação é sobretudo porque ela é fundamentalmente falha. As revoltas contrassistêmica crescem neste abismo impossível de ser suprimido entre a forma abstrata e a vida concreta, que não cabe na representação, e que gera sempre um resto, monstruoso, que se torna então

eliminável. Mas a contrapolítica quer o apocalipse dessa humanidade. Tudo aquilo que não pode ser trazido pra dentro da instituição e que precisa ser criminalizado, tudo aquilo que é inegociável, que não pode ser trocado por voto, que não pode ser vendido no mercado como uma imagem vazia, que não é mais do mesmo utilizável. E se a revolta encarna a falência do espetáculo é porque encarna o incontrolável/inegociável, tudo que não se submete ao princípio da troca, que é também o da representação. Se a revolta conquista uma pauta cheia, se ela evita um aumento de passagem, se ela barra um fechamento de escola, se ela conquista um território ou um direito, é apenas porque ela se situa no âmbito do inegociável, ela pede o impossível, é apenas porque ela encarna em ato e em performance outra forma de viver. Esta é, tal como entendo, uma maneira de fazer política também contracolonial, na medida em que a forma-estado é fundamentalmente a do ocidente colonial, e que a forma de vida que se afirma por meio desta persistência descontínua da forma-comuna é antes de tudo aquelas que foram massacradas; invisibilizadas, jogadas no âmbito do impossível e do monstruoso. É o monstruoso recalcado que retorna na insurreição.

Assim podemos ler as revoltas contrassistêmicas do nosso tempo, das quais entendo 2013 no Brasil como uma instância local, nós poderíamos retomar já a *revolta de Seattle* em 1999; *Gênova* em 2001; *Que se vayam todos*, na Argentina, em 2001; *Grécia* em 2008; *Occupy Wall Street* em 2011; mas também *Chile* em 2019/2020; *Vidas Negras Importam* nos EUA em 2020; *Coletes Amarelos* na França; e outras tantas recentes, que tiveram todas suas especificidades locais, mas que tinham como características básicas: organização horizontal; recusa às formas tradicionais da representação política; busca pela participação política direta em assembleias e ocupações; rechaço aos sindicatos e partidos políticos; revalorização de elementos do anarquismo e do autonomismo; etc. Dizer isso é importante para que se entenda que trata-se de uma história que transpassa fronteiras, e que está ainda em curso neste momento. A revolta de 2013 no Brasil não foi um episódio isolado, que veio de lugar nenhum para outro abismo de sentido, é um acontecimento que deve

compreendido nesta chave de recusa à representação na atualidade. Mais do que isso, as insurreições contemporâneas são elas mesmas, em grande medida, herdeiras dos movimentos sociais contrassistêmicos, libertários e autonomistas, das décadas de 60 e 70. Já nesses movimentos é possível rastrear recusas à esquerda tradicional e partidária que se enraízam em uma ruptura com o modelo de socialismo de Estado. A resposta, a reação conservadora, constituiu em grande medida o que chamamos hoje “sociedade de controle”, enquanto refinamento das tecnologias de poder disciplinar, que capturaram e capitalizaram de maneira espetacular as lutas minoritárias e insurgentes. Mas, depois disso ainda, as lutas minoritárias não morreram, nem significaram fundamentalmente o fortalecimento da direita, ao contrário, elas foram retomadas no levante Zapatista, em 1994, e continuam sendo retomadas no presente. Isso nos mostra que o significado das insurreições não havia morrido com cada uma delas, pois trata-se aqui uma história longa, e muito além de disputas eleitorais, que animam as lutas diretas, que foram modificando, minando, não sem respostas profascistas, é claro, o cerne dessas sociedades. Lutas que sofreram e sofrem duras repressão, perseguição, morte, criminalização pesada, fabricação de inimigos categorizados como terroristas, contra os quais os Estados travam verdadeiras guerras internas, e que foram inúmeras vezes acusadas de ajudarem a direita por não se reduzirem às disputas eleitorais, e não visarem a um objetivo institucional imediato. Mas que, apesar disso, se estendem no tempo, perpassam fronteiras; são retomadas, são educativas; não começaram hoje, não acabarão amanhã. São lutas locais, pontuais, mas que vão do singular para o geral, e que também respondem às reações dos poderes constituídos, não são lutas terminadas, tratam-se de batalhas em curso.



Da guerra em curso

Logo que as manifestações tomaram proporções gigantes surgiu uma campanha para que os verdadeiros manifestantes se diferenciasssem dos vândalos, a TV dizia para que as pessoas sentassem quando o quebra-quebra começasse, e os partidos de esquerda diziam para que seus militantes gritassem: sem violência! Obviamente, faltou combinar com a polícia, que não se importava em jogar bomba nas pessoas sentadas ao chão ou espancar manifestantes vestidos de branco. Dessa forma, em pouco tempo os supostos verdadeiros manifestantes eram defendidos pelos vândalos, e muita gente chegava “verdadeiro manifestante” para sair “autêntico vândalo”, devidamente *iniciado*, depois de um ato. Mas além de solapar esta falsa divisão entre legítimos e ilegítimos, isso fez surgir nas ruas espontaneamente uma nova palavra de ordem-resposta ao ‘sem violência’ da esquerda institucional. Bastava alguém começar a puxar essa frase, para que recebesse como resposta um coro de: ‘sem moralismo’. Tão simples quanto exata, a resposta se espalhou. Nietzsche, na célebre *A Origem da Moral*, analisa como a moral se funda na inversão da força afirmativa e criadora em algo qualificado como errado, gerando culpa e nos convencendo que nossa força é a nossa desgraça. Ainda hoje é um pouco isso que se tenta emplacar, depois de várias tentativas fracassadas, é ainda um ‘sem moralismo’ que precisamos entoar. Transformar a força das pessoas em sua fraqueza é o que se opera quando se diz que as ações diretas, as ações de autodefesa tiraram as pessoas das ruas. As ações diretas são as táticas básicas dos movimentos sociais organizados ao longo da história. De tal modo que é imobilizante transformar a potência dos movimentos sociais em símbolo de sua fraqueza, por meio da criminalização e culpabilização: isso desarma os oprimidos, retira suas ferramentas de autodefesa, se se convence as pessoas que a força da população organizada é a razão de seu fracasso. As pessoas saíram das ruas por causa das ações de repressão. As pessoas saíram das ruas por causa da violência do Estado e da criminalização. Foi preciso prender Rafael Braga, para ameaçar a população periférica, torturá-lo, deixá-lo

incomunicável, para dizer que as pessoas pretas e excluídas não podem se revoltar. Foi preciso fabricar líderes tão falsos quanto matáveis. Foi preciso forjar um assassinato de um jornalista, fabricar a ideia de que a autodefesa é nossa derrocada, como se ninguém nunca tivesse morrido por causa do capitalismo, da destruição da saúde pública, como se a polícia não matasse diariamente nas favelas e não tivesse mesmo esfaqueado pessoas voltando para casa depois de uma manifestação. Foi preciso parecer que este acidente foi a primeira morte nesta guerra antiga, tão antiga quanto o estado. Foi preciso tanto esforço discurso para transformar nossa força em nossa miséria, foi preciso fabricar lideranças e narrativas conspiratórias; dizer que se tratou de uma revolta branca e de classe média, quando documentos históricos mostram precisamente o oposto; foi preciso muito esforço das instituições e dos poderes constituídos, que preferiram abrir as portas para o cão de guarda fascista do sistema liberal, para conter a revolta incontrolável, para chegarmos a este ponto no qual precisamos recontar nossa história, e precisamos nos defender, para que ela não se perca novamente no impossível de onde saiu. Apenas assim foi possível parar o levante popular e é por isso que esta narrativa precisa ser desconstruída. É por isso que é preciso desconstruir o processo dos 23, mas também talvez ainda mais fortemente a acusação contra Caio e Fábio. É preciso parar de transformar discursivamente a potências das pessoas em sua própria miséria. É preciso parar de fazer o povo temer sua capacidade de insurreição.

E com isso também a insurreição tornou evidente a guerra em curso. O mais importante da insurreição é que ela obriga a norma a sair da sua zona de conforto e se mostrar como parte num confronto em curso, a obriga a se defender, a afirmar-se como uma posição no confronto, e não mais apresentar-se na posição neutra de um juiz moderador. Não podemos nos enganar, não é porque a guerra fica mais evidente no momento em que se reage, que ela não tivesse milhares vítimas diárias, como continua tendo, aliás. Não foi o Amarildo o primeiro pobre favelado assassinado pela polícia. Não foi Rafael Braga o primeiro negro torturado por uma prisão arbitrária. Não são as feministas que geram o machismo quando escracham aqueles que se

beneficiam com sua invisibilidade. As famílias não começaram a brigar porque as mulheres saíram da cozinha e os gays do armário, é que antes não havia briga porque um lado estava morto, silenciado, invisibilizado. Quando o fascismo aparece é que ele está sendo obrigado a se mostrar enquanto tal, e ele sempre mostrará sua verdadeira face quando (e somente quando) for confrontado. Não é por isso que devemos evitar confrontá-lo, pois invisível ele age em silêncio e mata ainda mais sem ser sequer percebido como tal. Não é por isso que devemos evitar confrontá-lo, pois deste modo ele continua vencendo. É neste sentido que todo discurso que nos culpa por nossa própria autodefesa reproduz a confusão da ‘resistência do oprimido com a violência do opressor’, estas vozes nos dizem que é melhor não se revoltar porque daí a guerra não aparece, e apenas um lado continua a morrer. Diante disso só nos resta afirmar o valor nele mesmo da revolta, sua força prática e simbólica. Não é a autodefesa que cria a guerra, esta guerra permanente é tão antiga quanto o estado colonial. E é tão evidente que esta guerra ainda está em curso que: ainda estamos brigando contra o Marco Temporal; que as operações policiais seguem matando nas favelas; que os professores e a luta da educação seguem criminalizados; que os processos que 2013 geraram ainda estão abertos; os 23 ainda estão sentenciados aguardando segunda instância, que Caio e Fábio ainda vão a júri popular... Nós precisamos lembrar que quando a norma precisa se defender, é que ela já se perdeu enquanto norma, e se tornou parte na disputa. A força da norma está no seu caráter inquestionável, silencioso e invisível. A norma ocupa o lugar do âmbito da transcendentalidade, por isso ela precisa aparecer como sem conteúdo. Obrigar a norma a lutar é destituí-la enquanto norma. Daí a importância de se deixar evidente que há uma guerra em curso, porque a força que eterniza uma vitória é a mesma que mente que a guerra já acabou. Quando o estado se mostra como fundamentalmente estado de exceção, ele se mostra naquilo que ele é. Sobre isso, Foucault já havia desmascarado em seu cerne o esquema contratualista de poder moderno, como se pretendendo oposto ao exercício de poder pela guerra, mas como sendo isso mesmo nada além do que uma bela tática de eternizar vitórias, por separar usos legítimos de

usos ilegítimos da violência, tornando assim sua própria violência invisível. Mas aplicar um golpe de força destituente é obrigar a representação a se mostrar como fundamentalmente falsa, ao mesmo tempo que a retira do lugar de violência invisível. Fazer parecer que não estamos em guerra é um passo fundamental para que se possa continuar com o monopólio da ofensiva. Iniciar uma autodefesa passa por se evidenciar que estamos de fato em guerra.

A sociedade em sua estrutura política é organizada de maneira que alguns possam se defender contra os outros, ou defender sua dominação contra a revolta dos outros ou simplesmente ainda defender sua vitória e perenizá-la na sujeição. (FOUCAULT, 1999, p.26)
Temos de redescobrir a guerra, por quê? Pois bem, porque essa guerra antiga é uma guerra permanente. Temos de fato de ser os eruditos das batalhas, porque a guerra não terminou, as batalhas decisivas ainda estão se preparando (...) Isto quer dizer que os inimigos que estão a nossa frente ainda continuam a ameaçar-nos, e não poderemos chegar ao termo da guerra por algo como uma reconciliação. (FOUCAULT, 1999, p.60)

Por fim, eu quero terminar dizendo que não me interessam as análises do ponto de vista da institucionalidade e dos poderes constituídos. Quando eu falo de 2013 eu estou falando da vida concreta, eu só estou fazendo teoria no mesmo sentido que minha prática não se separa de seu significado, e por isso que só me interessa a verdadeira história dos de baixo, só me interessa o que dizem aqueles e aquelas vândalas, só me interessa as vozes sufocadas pela tortura da polícia, só me interessa os olhares cúmplices daqueles e daquelas que lutaram e lutam do meu lado, só me interessa aquilo que não cabe no espetáculo, como o chão brotando num belo dia de sol na aldeia maracanã. O fascismo não vai voltar para o armário com uma derrota eleitoral, pois as eleições nunca barraram o fascismo, e porque vivemos em uma sociedade cada vez mais fascistizada, por isso a única resposta possível para o seu

fortalecimento vem de uma outra maneira de viver e fazer política, uma contrapolítica, que não se situa nas instituições e nem cabe na representação. “Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje”⁴ - O que vai significar 2013 depende ainda de uma pedra que não foi tacada, mas cuja possibilidade segue aberta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, M. “É inútil revoltar-se?” Le Monde número 10.661, 11-12 de maio de 1979, pp. 1-2. Disponível em: <https://machinedeleuze.wordpress.com/2017/04/08/e-inutil-revoltar-se-por-michel-foucault/> Acessado em: 01/07/2023.

FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GONZALES, Lélia. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, pp. 223-244.

JESI, F. *Spartakus: Simbologia da Revolta*. Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: N-1, 2018.

NIETZSCHE, F. W. *Genealogia da Moral: Uma Polêmica*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PRECIADO, P. *Manifesto Contrassexual*. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1, 2014.

TIQQUN. *Contribuições para a Guerra em Curso*. Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: N-1, 2019.

WALTER BENJAMIN. “*Teses sobre o conceito de história (1940)*”. Em: *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 222-232.

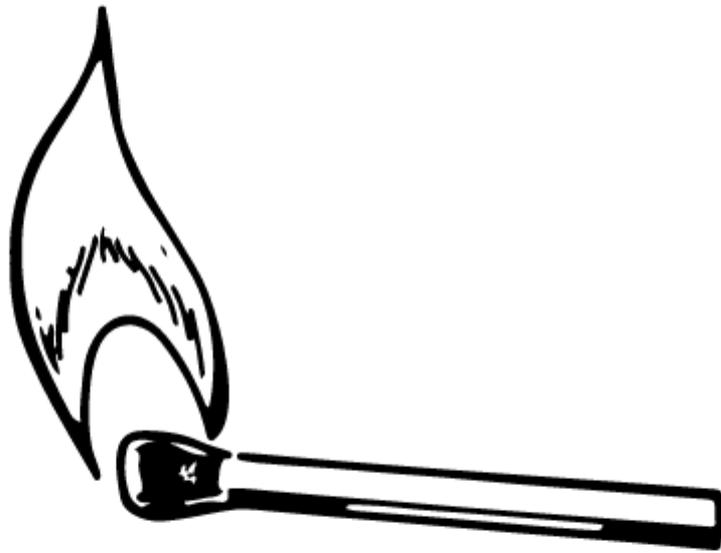
⁴ Ditado Iorubá.



Leia, copie e difunda como quiser o material, seja livre. Essa zine foi editada por la libertaria, um grupo dedicado ao apoio as lutas locais e globais e ao estudo, difusão e investigação da anarquia e do pensamento anarquista.

Blog: grupolalibertaria.org

Contato: lalibertaria@riseup.net





grupolalibertaria.org